

## OS PRINCÍPIOS GEOGRÁFICOS E SUAS RELAÇÕES COM A CONSOLIDAÇÃO DA CIÊNCIA GEOGRÁFICA

Valdelúcio Fonseca<sup>1</sup>  
valdelucionascimento@hotmail.com

Profa. Dra. Isorlanda Caracristi<sup>2</sup>  
icaracristi@hotmail.com

### RESUMO

O presente trabalho refere-se à atividade teórica desenvolvida na monitoria da disciplina de “Teoria e Método em Geografia” oferecida no Curso de Graduação em Geografia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, constituindo-se num artigo de iniciação à docência que trata dos princípios geográficos elaborados no período clássico da Geografia, buscando compreender a importância de tais princípios ou leis para a consolidação da Ciência Geográfica no contexto de sistematização da Ciência Moderna.

**Palavras-chave:** Ciência Geográfica – Teoria e Método - Princípios Geográficos

### ABSTRACT

This paper refers to the theory developed in monitoring activity of the discipline of "Theory and Method in Geography" offered in courses in geography by the Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA, being an article of this tutorial to teach that the principles developed in the geography of the classical period, seeking to understand the importance of such principles or laws for the consolidation of Geographical Science in the systematization of Modern Science.

**Keywords:** Geographical science – Theory and Method – Geographic Principles

## 1. A “LEGALIZAÇÃO” DA GEOGRAFIA NO CONTEXTO DA CIÊNCIA MODERNA

A ciência moderna, sempre baseada no rigor dos procedimentos e na busca da verdade/explicação irrefutável dos fatos, assentou-se sobre dois suportes principais, o filosófico e o científico propriamente dito. O primeiro suporte é definido como *estrutura filosófica*, constituindo-se de princípios, leis, categorias universais, que norteiam a reflexão das práticas, a racionalização das ações. O segundo suporte é a *estrutura científica*, vista como um sistema ordenador dos conhecimentos, composto por três componentes que agem reciprocamente: os conhecimentos empíricos, a

---

1 Bolsista de Iniciação Científica – IC/FUNCAP, Monitor da disciplina de “Teoria e Método em Geografia”. **Eixo Temático:** *Epistemologia e Pensamento Geográfico*.

2 Professora da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, Doutora em Geografia Física (USP), responsável pela Disciplina “Teoria e Método em Geografia” e Orientadora da Monitoria;

obtenção/sistematização metódica dos conhecimentos e os princípios teóricos. Segundo GOMES (1991, p.85 ), ao se referir à ciência moderna,

A ciência como um campo de conhecimentos teóricos, sendo as leis científicas o núcleo científico do sistema teórico. A partir do exame analítico dos fatos da natureza e da sociedade, tomados em conjunto, de forma objetiva, o interessado na busca do saber científico (pesquisador, cientista social, etc.) procurará conhecer as ações das leis que regem os fenômenos contidos nos fatos e deverá agrupá-los num sistema ordenado.

Desta forma, as leis científicas refletem as interações, isto é, os nexos essenciais e necessários existentes entre os fenômenos que estruturam um conjunto maior (um todo sistêmico) que, em Geografia, denominamos de ‘fato geográfico’, cabendo aos geógrafos (neste caso), analisar/refletir a realidade objetiva do mundo da natureza e da sociedade numa ‘totalidade’. A observância de uma determinada lei ou princípio deve efetuar-se sempre em conexão entre as demais leis, para que aja a compreensão do *todo* resultante das partes em análise.

A Geografia Clássica, determinada pelos princípios geográficos, levava em conta este processo combinatório, onde o conhecimento geográfico era construído e balizado de forma crescente, até assumir valores mais absolutos, portanto, mais verdadeiros e irrefutáveis: o conhecimento geográfico precisava ser metodologicamente homogeneizado ou “legalizado” sob a égide dos princípios próprios da Geografia, para que a sua contribuição fosse verdadeiramente científica, ou seja, as estruturas e processos das ciências naturais e exatas eram os delineadores do caráter científico do conhecimento, servindo como critérios gerais/universais de “cientificidade”.

A ciência moderna exigia uma ordem geral racional para o reconhecimento e o status de “ciência”. Dentro desses “padrões” científicos, a Geografia em seu processo de sistematização e, principalmente, de consolidação como área autônoma de conhecimento, produziu seus princípios ou leis que a identificariam de forma inequívoca no contexto científico. Os princípios que nortearam a Geografia Clássica foram os seguintes: o Princípio da Extensão, o Princípio da Analogia ou Geografia Geral, o da Causalidade, e o Princípio da Atividade. Estes formaram a base “legal” da Ciência Geográfica.

Tais princípios foram idealizados, por grandes geógrafos, tais como Ratzel, Vidal de La Blache, Carl Ritter, Alexander Von Humboldt e Jean Brunhes. Porém, esta pesquisa está em desenvolvimento e, por isso, tratará, neste momento, apenas da compreensão do Princípio da Extensão e da Analogia ou Geografia Geral.

## **2. AS CIRCUNSTÂNCIAS HISTÓRICAS E A CONSTRUÇÃO DOS PRINCÍPIOS**

Para a compreensão mais ampla dos referidos princípios, faz-se necessário uma breve contextualização histórica dos momentos em que os citados geógrafos viviam. As circunstâncias históricas de elaboração dos princípios geográficos será continuamente situada, podendo-se, desta forma, ter uma compreensão maior da relação dos objetos metodológicos de estudos da geografia de cada autor, e da importância dos princípios em si. [É nesta temática de contextualização dos fatos, e na compreensão das bases epistêmicas relacionadas aos aspectos metodológicos da geografia, que se dá o desenvolver da ciência geográfica e do saber científico geográfico]. Para tanto, será utilizado o quadro abaixo, retirado de Horieste Gomes (1991, p.95).

### **Trajetória da Ciência**

#### **Sistematização das Ciências e do Saber Geográfico**

**(Séc. XVI – XIX)**

**A** – As Ciências – inicialmente as da natureza – definem os seus respectivos objetos e passam a ser ordenados;

- A Geografia busca a sua estrutura conceitual e pragmática que definirá, no processo, o seu lugar entre as ciências e o seu “status científico”.

#### **Sistematização do Saber Geográfico**

**(Séc. XVII – XIX)**

**B** – Geografia Clássica – As “Escolas Geográficas” difundem o saber até então produzido: - Alemã – o estágio maior de desenvolvimento das ciências da natureza, conjugado com o fortalecimento do Estado Nacional, conduziu à concepção da teoria do “Espaço Vital” e do “Determinismo Geográfico”.

- Francesa – Apoiou-se no pensamento positivista-funcionalista e deu ênfase à organização regional do espaço.

As grandes escolas detentoras do saber científico da ciência geográfica clássica foram as escolas alemãs e francesas, nelas grandes formalizações de princípios e objetos de estudo da geografia se concretizaram, sucedendo o *status científico da geografia*.

Era a época do surgimento e consolidação dos Estados-Nação, do expansionismo colonialista europeu (neocolonialismo, séculos XVIII - XIX) principalmente do Estado Alemão e do Francês, onde a ciência era utilizada para viabilizar e legitimar as dominações de outras nações e povos. E o conhecimento geográfico era fortemente usado como instrumento ideológico de dominação. Como toda ciência na época, a Geografia dizia-se “neutra”, era essencialmente descritiva, e tinha como objetivo maior a catalogação ou inventariação das paisagens/recursos naturais e hábitos culturais de seus povos. Os geógrafos eram diretamente ligados à estrutura governamental e seus trabalhos direcionados às necessidades de ampliação territorial.

### **3. RATZEL: DO ESTADO ALEMÃO AO PRINCÍPIO DE EXTENSÃO**

No último quartel do século XIX, a confederação germânica, vivia um momento entre os ideais revolucionários e a disputa pela hegemonia dentro da confederação. Esta disputa era travada pelo império Austríaco e o Reino da Prússia, que logo em 1866 se confrontaram na guerra civil alemã, onde saía vencedora a Prússia, e dando um grande avanço para promover a unificação do estado, mesmo dividindo a confederação germânica em Alemanha do Norte e Estados do Sul, lembrando que o norte era organizado a partir de uma política militar, e o sul era ligados aos ideais democratas.

Mas, em 1871 com o fim da guerra Franco-prussiana, soma-se mais uma vitória do primeiro-ministro prussiano Otto Von Bismarck, que conquista não apenas o território Alsácia-Lorena, mas é quando ocorre a tão esperada e buscada unificação da confederação germânica, e se constitui o “novo estado”. Logo toda a Alemanha, repassa ao seu corpo, a grande influência militar bismarckiana.

Naquele momento histórico, a ascensão dos ideais nacionalista-chauvanistas se entrelaçavam com o início do capitalismo, dos avanços da industrialização, da revolução industrial, solidificando o período neocolonial. A Alemanha “Bismarckiana”, tem como alicerce um projeto imperial expansionista de desenvolvimento.

Neste momento histórico, Ratzel, aparece como um grande intelectual e explicador dos propósitos do líder de sua nação. Conforme MORAES (2005, p.67), “A geografia de Ratzel foi um instrumento poderoso de legitimação dos desígnios

expansionistas do Estado Alemão recém-constituído”, sendo de grande importância entender a geografia ratzeliana para buscar melhor compreensão do espaço, e se ter uma ferramenta de grande apoio para expansão territorial. A existência de uma sociedade está representada em território, ou seja, para Ratzel a perda de território aponta a decadência de uma sociedade, e para a sociedade progredir, avançar, ela precisaria conquistar novas terras (RATZEL, 1990, p.180), com base nessa idéia, os ideais bismarckianos são justificados pela geografia ratzeliana.

### 3.1. A Geografia de Ratzel

O momento histórico até aqui descrito e a geografia ratzeliana, estão intimamente interrelacionados. E neste contexto histórico que Friederich Ratzel, elaborou uma geografia funcionista ao território, intimamente ligada às relações de poder, de domínio da terra, retratando a figura do “Estado”, em outras palavras quando a sociedade se organiza para defender o seu território se transforma em Estado.

Vale ressaltar que o expansionismo, era o grande modo de pensar/agir dos reinados daquela época, onde a relação com o “a propriedade da terra”, servia para auto-reconhecimento imperial. Justificando essas colocações, segundo MORAES (2005, p.70),

Ratzel elabora o conceito de ‘espaço vital’; este representaria uma proporção de equilíbrio de uma dada sociedade e os recursos disponíveis para suprir suas necessidades, definindo, portanto, suas potencialidades de progredir e suas premências territoriais.

Ratzel pensava Geografia, a partir das ideias expansionista de sua época, nesse pensamento o conceito de território é fundamentalizado. O geógrafo, Paulo César da Costa Gomes, em seu livro “Geografia e Modernidade” (1996, p.188), fala sobre Ratzel e a relação recíproca do homem com a terra, no seguinte texto:

A análise de Ratzel descrevia vários gêneros de dinâmicas territoriais, tentando traçar um quadro geral ou um modelo para essas dinâmicas. Ele se interessava sobretudo pela relação solo/cultura e pensava ser capaz de estabelecer leis regulares explicativas, isto é, seu objetivo final era constituir uma teoria espacial positiva.

É verdade que Ratzel tem como seu objeto principal de estudo “a relação de poder e a terra”, em outras palavras a formação do território. Vale ressaltar que Ratzel tem sua formação inicial universitária naturalista, por isso, ele sempre faz em seus estudos a relação do homem com “a terra”. É na sua formação inicial acadêmica que Ratzel e suas idéias se integram com as teorias evolucionistas darwinianas, contribuindo para a concepção do determinismo geográfico, um determinismo com base na relação entre o “ser” e “meio”. Segundo GOMES (1996, p.188),

Desta forma, o pensamento de Ratzel teve um papel de mudança paradigmática nas concepções geográficas. Através da idéia de inter-relação e conexão entre o seres vivos e seus meios naturais, Ratzel, influenciado por Haeckel, propõe um perspectiva nova para o determinismo geográfico. Neste caso, a idéia de causa e efeito imediatamente determináveis é substituída por uma determinação produzida ao longo de um processo de evolução e de diferenciação”. Para Peet, a geografia científica moderna nascia a partir do “determinismo ambiental”.

Não é à toa que Ratzel é conhecido como o “pai do determinismo geográfico” e o “pai da geopolítica”. Para MORAES (2005, 71),

Outro desdobramento da proposta de Ratzel manifestou-se na constituição da Geopolítica. Esta corrente, dedicada ao estudo da dominação dos territórios, partiu das colocações ratzelianas, referentes à ação do Estado sobre o espaço. Estes autores desenvolveram teorias e técnicas, que operacionalizavam e legitimavam o imperialismo. Isto é, discorriam sobre as formas de defender, manter e conquistar os territórios.

É no contexto histórico alemão, que o desenvolvimento da ciência geográfica para Ratzel ganha sentido, pois, é na geografia que a formas (e relações) de poder são representadas no espaço, e assim deve ser estudada. Porém não apenas as relações humanas, mas, as relações do homem com e o meio (natureza).

Deve-se sempre lembrar que a principal obra de Ratzel, “Antropogeografia”, retratava com grande expressividade a relação do homem com o meio.

### 3.2. O Princípio de Extensão

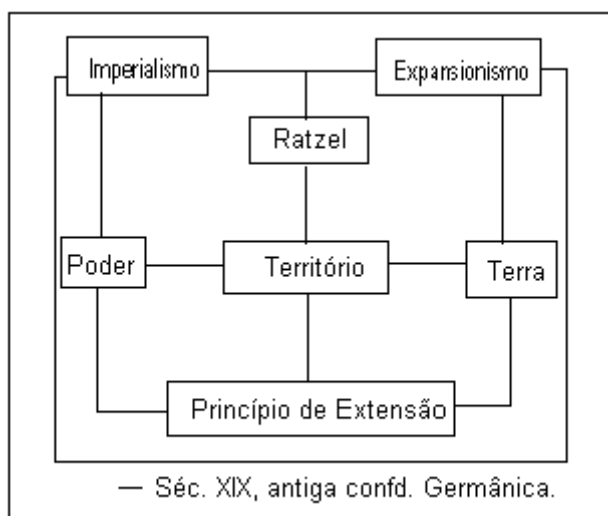
O Princípio da Extensão afirma que: os fenômenos geográficos devem ser analisados e delimitados (de onde iniciou até onde terminou), sendo preciso a utilização de técnicas cartográficas. Porém, este princípio engloba vários pensamentos e propósitos da geografia ratzeliana. As idéias de território na perspectiva ratzeliana, aparece em duas formas, a primeira, de forma representativa, sendo uma justificativa pela a busca incansável por terras, para expansão do império alemão bismarckiano, e a outra forma mais teórica, sendo uma explicação reflexiva sobre o que é território.

O território é a relação de poder (daí o caráter político) alicerçada pelo homem com o seu desenvolvimento na terra. Ratzel em seus estudos, repassa várias relações de força, tanto a força humana pela posse do território, como no território.

É refletindo sobre esse conceito de território, que fazemos a comparação entre os objetos de estudo da geografia ratzeliana com o princípio de extensão, e um exemplo para sintetizar a idéia, é a seguinte: a delimitação das áreas (territórios), para nela ser expressada uma liderança humana, com a busca de novas áreas, representa de modo subjetivo o próprio princípio de extensão, pois, “os avanços territoriais” sendo retratados como um fenômenos geográficos, precisam ser delimitados (cartograficamente ou não) para fins de reconhecimento territoriais, sendo que os fatos histórico viabilizam o entendimento que marcaram e influenciaram a geografia e o pensamento de Ratzel, podendo dizer que a justificativa para o expansionismo alemão, era uma prévia para a fundamentalização do princípio de extensão, pois, o avanço da sociedade era o ganho de território, delimitação deste.

O fluxograma sistemático abaixo, expressa a relação de território e alguns fatores históricos influentes para a geografia, destacando-se o expansionismo e o imperialismo alemão, destinando e objetivando sempre a busca de poder e pela conquista de novas terras (tais, elementos fundamentalizam o conceito de território, o mesmo está intimamente ligado ao princípio de extensão).

## O Conceito de Território e o Princípio da Extensão



(Fonte: Valdelúcio Fonseca)

## 4. O PRINCÍPIO DA ANALOGIA OU DA GEOGRAFIA GERAL: VIDAL DE LA BLACHE E CARL RITTER

### 4.1. A Revolução Francesa no Contexto

No século XIX, com a composição da terceira república francesa, dava-se os conflitos contra os interesses alemães. Para MORAES (2005. p.76),

A França foi o país que realizou, de forma mais pura, uma revolução burguesa. Ali os resquícios feudais foram totalmente varridos, a burguesia instalou seu governo, dando ao Estado a feição que mais atendia a seus interesses. A França havia conhecido uma unificação precoce, que já datava de alguns séculos; a centralização do poder restava garantida pela prática da monarquia absoluta. Isto havia propiciado a formação de uma burguesia sólida, com aspirações consolidadas, e com uma ação nacional. Esta classe formulou e comandou uma transformação radical da ordem existente, implantando o domínio total das relações capitalistas. Napoleão Bonaparte completou este processo de desenvolvimento do capitalismo na França, o qual teve seu ponto de ruptura na Revolução Francesa, que varreu do quadro agrário deste país todos os elementos herdados do feudalismo. ... A revolução francesa foi um



movimento popular, comandado pela burguesia, dirigido pelos ideólogos dessa classe.

Em meio a todas essas questões aparece a geografia vidalina. A geografia de La Blache é uma oposição à geografia de Ratzel, em toda sua estrutura e desenvolvimento, porém, ambos os autores, buscavam em seus estudos uma justificativa para a obtenção de novas terras realizada pelos impérios no qual viviam.

#### **4.2. O Estudo da Geografia Lablachiana**

Se de um lado a Alemanha tem Ratzel como um grande construtor da ciência geográfica nacional, a França tem Vidal de La Blache, que faz com que a escola francesa seja reconhecida até os dias atuais, como uma “grande escola” da geografia. Ratzel, foi um grande instrutor sobre o conceito de território, já La Blache, deu dimensões para o conceito de região, dentre outros objetos epistemológicos dos estudos geográficos.

Para La Blache, o objetivo de estudo da geografia era observar a superfície da terra, e nela as suas produções, em nível regional, o “geral” está conectado com os “particulares”. A geografia lablachiana recebe influências além de seu contexto histórico, as influências do pensamento kantiano assim como do racionalismo Galileano e Newtoniano.

As principais idéias abordadas em seu pensamento e em sua obra são: os organismos, o meio, a ação humana e o gênero de vida. Os organismos eram concebidos por vários autores como estância ou um recurso qualquer, como por exemplo: a paisagem, a terra, as cidades... entre outros. A noção de organismo está atrelado a finalidade (tem uma causa final), onde deve haver sua realização como ser/objeto.

O conceito de organismo estava ligado ao conceito de natureza formado no pensamento de Aristóteles, conhecido por *physis*, em que nesta concepção, a natureza é uma matéria em movimentação que está sempre na busca de sua auto-realização.

O meio, para La Blache, surge pela interação de forças de origens diversas, que entram em fusão, agindo mutuamente, originando uma forma, o meio, o qual, pela análise, é composto pela união de diversos elementos que estão integralmente conectados, uns aos outros. “Dito de outra forma, trata-se do resultado de um campo de

ação e de tensão particular que é o próprio objeto do conhecimento” (GOMES 1996, p.199).

O organismo compõe o meio e é no meio que se realiza sua manifestação. Ressaltando que a ação humana, é o principal elemento transformador da natureza (meio). O homem se utiliza do meio para se manifestar, e o meio em si, responde com uma contrapartida.

Evidentemente, não há lugar para acreditar aqui em uma capacidade de adaptação e de transformação ilimitada do homem em relação às condições do meio. Tudo depende de sua herança cultural e instrumental, mas, enquanto ‘mestre’ da natureza, o homem tem a capacidade virtual de se opor a ela parcialmente. Assim o discurso de Vidal se parece às vezes com uma descrição da luta aberta entre a cultura e natureza. (LA BLACHE, 1913, p.141)

O homem, nesta luta está num posto de agricultor (entre outros, além de agricultor, tais como caçador, pastor...), onde se utiliza da natureza, fazendo de seu trabalho, uma atividade exploratória de subsistência, que também se torna uma atividade “modeladora”, em que é o homem transforma e delimita as funções de seus elementos naturais. E nesta luta, que relacionam ou compõem os organismos que transformam o meio, e nela que também surge o objeto de estudo da geografia vidalina. Nessa relação do homem e os seus processos operacionais de transformação, e ganhando ênfase global. Mas, o meio pode ser concebido, como uma manifestação das ações humanas sobre o conjunto das possibilidades propostas pela natureza.

O homem criou para si gêneros de vida. Com a ajuda de materiais e de elementos tomados da natureza ambiente, ele conseguiu, não dá um só golpe, mas por uma transmissão hereditária de procedimentos invenções, constituir alguma coisa de metódico que assegura sua existência e que constrói um meio para seu uso, (LA BLACHE, op.cit.).

O grande objeto da geografia lablachiana (geografia possibilista) é entender, além dos fenômenos que estão atrelados às ações humanas e a relação com o meio (natural ou humanizado), passando a ver as particularidades, e que estas estão ligadas em âmbitos maiores, construindo, desta forma, uma geografia geral, que deve ter

ligações com as geografias regionais. Neste processo, a existência de aspectos em comum entre os fenômenos e as regiões, propiciará analogias. O método vidalino, segundo GOMES (op.cit. p.209), é caracterizado por três proposições: observação, comparação e conclusão. Este método foi uma grande ferramenta para os estudos descritivos e narrativos de suas viagens.

A geografia lablachiana com certeza foi marcada pela suas características de modelo analítico, este tinha capacidade de produzir leis gerais e medidas objetivas para estabelecer as relações entre os estudos de fenômenos. Para Vidal de La Blache, o estudo da geografia, concretizavam-se em leis gerais, estas leis, seriam pontos, em outras palavras, seriam uma interseções, que surgiam nos diferentes fenômenos e regiões, fazendo com que estivessem interligados, podendo, assim, gerar analogias e generalizações.

#### **4.3. Carl Ritter**

No começo do século XIX, a Alemanha, ainda não havia se constituído como um “Estado Nacional”, era apenas uma área com forte concentração de duques, principados e reinos, e enquanto não houvesse a unificação do Estado, o sistema aristocrático feudal prevalecia e o comércio local não se desenvolvia.

Carl Ritter é contemporâneo de Humboldt, e ambos compõem essa burguesia local, o primeiro era conselheiro do rei da Prússia, e o segundo fazia parte de uma grande família de banqueiros. Um detalhe importante daquele momento histórico é o expansionismo napoleônico, este dará um grande impulso para que as principais classes dominantes, busquem a unificação nacional.<sup>3</sup>

#### **4.4. Objeto de Estudo de Carl Ritter**

Apesar de Ritter ser contemporâneo a Humboldt, e ainda fazer parte da mesma classe social, eles têm uma formação acadêmica diferente, Humboldt era naturalista e realizava grandes estudos sobre geologia e botânica, porém Ritter tinha sua formação ligada à Filosofia e à História.

---

3 O autor, Antonio Carlos Robert Moraes, retrata com ênfase em sua obra “**Geografia: pequena história crítica**” (2005), o momento histórico vivido pelo o geógrafo C. Ritter.

Ritter queria que o saber científico da geografia fosse sistematizado e organizado, pois o mesmo achava que a geografia como estava era um aglomerado de dados, sem nenhuma base teórica e científica.

Com as idéias cartesianas, e a concepção herderiana, formam-se pontos de influências para o fundamento da geografia de Ritter, para o qual os geógrafos tinham como uma grande característica o “olhar geográfico”, uma habilidade especial de observação: intermediada pelo método (influências da ciência racional e do universalismo da razão). Tanto La Blache como Ritter, defendiam o desenvolvimento de leis que regessem a ciência geográfica.

A geografia deveria estudar estes os fatos individuais e compará-los. Cada fato ou arranjo do fatos/fenômenos abarcaria um conjunto de elementos, representado uma totalidade, onde o homem seria o principal elemento (MORAES, 2005, p.63). Não é apenas nos estudos desses arranjos, mas também no estudo de diversos lugares, que análise e a observação se utilizam para conotar as distinções, diferenças, e as similaridades de cada um deles, servindo como uma característica da ciência geográfica tanto pra Ritter, como para La Blache, e conseqüentemente para toda a geografia.

#### **4.5. O Princípio da Geografia Geral ou Principio da Analogia**

O Princípio da Analogia, em outras palavras, o principio da Geografia Geral, foi criado e formulado por Vidal de La Blache e Carl Ritter, este princípio afirmava que os fatos devem ser comparados, observando-se suas semelhanças e diferenças, para, só então, tirar-se conclusões. GOMES (1996, p. 212), diz que, o papel da analogia e da comparação para Vidal era o estabelecimento de pontos comuns para ascender à explicação, logo à generalização, se, no entanto, renunciar individual de cada região, “pois o pitoresco não lhe [ao geógrafo] é interdito. O comum está escondido atrás de cada fato individual e o papel da analogia é, portanto, o de revelá-lo”.

A geografia de Vidal faz a ligação entre a geografia regional e a geografia geral, “O geral deve se ligar aos estudos particulares, da mesma maneira que se deve sempre procurar nos casos particulares indícios” (GOMES,op.cit. p.212) . Porém, o estudo dessa ligação será concretizará no saber científico, quando sua aplicação é vista como uma lei ou um princípio. Para Ritter, apesar da dualidade da geografia geral e geografia regional, o autor tinha como proposta metodológica empírica, que a terra fosse estudada por partes que formava um todo.

Ambos os autores se preocupavam com a sistematização de forma racional da ciência geográfica. O momento histórico que cada um dos referidos autores se encontrava, era marcado pela inserção do capitalismo ou ideais pré-capitalistas em vários locais da Europa. Acentuavam-se com esses ideais, o processo de neocolonização, onde países do continente europeu se beneficiaram territorialmente.

O estudo geográfico implicava na utilização do método analítico, descritivo e comparativo, a partir/por meio do qual, as diferenças e as similaridades poderiam ter uma interseção possibilitando o estabelecimento de regularidades que revelariam/legalizariam uma lei subjacente, que permitiria uma melhor compreensão e explicabilidade dos fenômenos geográficos e das regiões, e logo das particularidades (vistas como algo geral). Ao fim do estudo, após a analogia, a finalidade dos fenômenos geográficos ou das áreas estudadas é dada e fundamenta uma lei geral, o alicerce do Princípio da Geografia Geral.

## **5. CONCLUSÕES PROVISÓRIAS**

Com a realização das leituras, que tratava sobre a epistemologia da geografia e sobre a história do pensamento geográfico, verificou-se o quanto é difícil desenvolver estudos teóricos e, ao mesmo tempo, o quanto necessários eles são para a formação do geógrafo, principalmente do professor de geografia.

Ao estudar os princípios clássicos da geografia, observou-se a íntima relação entre a compreensão dos objetos de estudos geográficos, as construções metodológicas e os contextos/processos históricos de suas são formulações. Constatou-se a essencial relação entre tais princípios ou leis para a consolidação da Ciência Geográfica no contexto de sistematização da Ciência Moderna

No decorrer desta pesquisa, os estudos de textos transcritos/traduzidos originalmente das fontes clássicas, foram fundamentais, pois, a maioria dos livros e textos contemporâneos de discussão teórica voltados ao pensamento geográfico, busca em sua essência, estudar os aspectos teórico-metodológicos da geografia sob a ótica da dicotomia Geografia Tradicional e Geografia Crítica, criando uma visão, em grande parte, não dialética e não processual, onde se costuma rotular os pensamentos desenvolvidos durante a chamada “Geografia Tradicional” como se fossem homogêneos, lineares ou “pré-críticos” (quase como sinônimos de “não-críticos”). Esse tipo de análise, a nosso ver, empobrece a rica e complexa essência epistemológica do

conhecimento/pensamento geográfico e falseia a verdadeira contribuição dos autores clássicos, enquadrados como tradicionais, para o desenvolvimento da geografia contemporânea, que em seus respectivos contextos históricos e científicos foram de grande capacidade crítica e criativa, a partir de suas bases teórico-metodológicas e políticas. Afinal, a criticidade não possui referencial único, ela é histórica e relativa.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHRISTOFOLETTI, Antônio. **PERSPECTIVAS DA GEOGRAFIA**. São Paulo, Ed. DIFEL, 1982.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **GEOGRAFIA E MODERNIDADE**. Rio de Janeiro, Ed. Bertrand Brasil, 1996.

LA BLACHE, VIDAL DE (P.). **LE PRINCIPE DE LA GEOGRAPHIE GENERALE**, in *Annales de géographie*, 5 (20)- Tradução de Odete Sandrini Mayer <http://ivairr.sites.uol.com.br/lablace.htm> (site de transcrição de textos originais).

MENDONÇA, Francisco de Assis. **GEOGRAFIA FÍSICA: CIÊNCIA HUMANA?.** São Paulo, Ed. Contexto, 1989.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **GEOGRAFIA - PEQUENA HISTÓRIA CRÍTICA**. São Paulo, Ed. HUCITEC, 1983.

MORAES, Antônio Carlos Robert (ORG.) **RATZEL – COLEÇÃO GRANDES CIENTISTAS SOCIAIS Nº59**, São Paulo, Ed. Ática S/A. 1990.

MOREIRA, Ruy. **O QUE É GEOGRAFIA**. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1985.

RITTER, Carl - **A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO NA SUPERFÍCIE DO GLOBO E SUA FUNÇÃO NA EVOLUÇÃO HISTÓRICA** - <http://ivairr.sites.uol.com.br/ritter.htm> (site de transcrição de textos originais).

SEABRA, Giovanni F. **FUNDAMENTOS E PERSPECTIVA DA GEOGRAFIA**. João Pessoa – PB, Ed. Universitária/UFPB, 1997.

SANTOS, Milton. **POR UMA GEOGRAFIA NOVA**. São Paulo, Ed. Hucitec, 4ª edição, 1996.

SODRÉ, Néelson Werneck. **INTRODUÇÃO À GEOGRAFIA (GEOGRAFIA E IDEOLOGIA)**. Petrópolis-RJ, Ed. Vozes, 1976.

SPOSITO, Eliseu S. – **GEOGRAFIA E FILOSOFIA: contribuição para o ensino do pensamento geográfico** – São Paulo, Ed. UNESP, 2004.

VITTE, Antonio Carlos (organizador). **CONTRIBUIÇÕES À HISTÓRIA E À EPISTEMOLOGIA DA GEOGRAFIA**. Rio de Janeiro, Ed. Bertrand Brasil, 2007.